

Atena
Editora
Ano 2021

**DIREITO,
POLÍTICA e
SOCIEDADE**

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

**DIREITO,
POLÍTICA e
SOCIEDADE**

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremona

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 Direito, política e sociedade / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-755-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.557210612>

1. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Em **DIREITO, POLÍTICA E SOCIEDADE**, coletânea de vinte e cinco capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, no presente volume, três grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em criminologia e direito penal; estudos em direito constitucional; além de outros temas em direito, política e sociedade.

Estudos em criminologia e direito penal traz análises sobre execução de sentença estrangeira, execução penal, execução provisória, mediação penitenciária, justiça restaurativa, violência, depositário infiel e educação em ambiente carcerário.

Em estudos em direito constitucional são verificadas contribuições que versam sobre marcas cronotópicas, direito ao esquecimento, independência dos poderes, orçamento e *lockdown*.

No terceiro momento, outros temas em direito, política e sociedade, temos leituras sobre combate a corrupção, estado de exceção e sua regulação na realidade mexicana, além de *cyberbullying*, tecnologia, vulneráveis, feminino, migrantes, violência obstrétrica, superendividamento, teletrabalho, filosofia do direito e educação jurídica.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A EXECUÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA: PROCESSAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO

Edimar Carmo da Silva


William Teodoro da Silva Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5572106121>

CAPÍTULO 2..... 15

O PAPEL DO DIREITO PENAL, PROCESSO PENAL E DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL NO SISTEMA PUNITIVO


Mário de Oliveira Melo Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5572106122>

CAPÍTULO 3..... 17

EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA E O PRINCÍPIO DA INOCÊNCIA NO BRASIL

Bruno Rafael Alves Aguiar


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5572106123>

CAPÍTULO 4..... 31

MEDIAÇÃO PENITENCIÁRIA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA PRISIONAL

Ariane Trevisan Fiori

Thiago Alves Miranda


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5572106124>

CAPÍTULO 5..... 42

A JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA REFLEXÃO QUANTO À REPARAÇÃO DO DANO E À APLICABILIDADE DESSE SISTEMA NO BRASIL

Luiz Felipe Radic

Samuel Lopes Nunes Soares Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5572106125>


CAPÍTULO 6..... 49

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA ESCRITA JORNALÍSTICA E EM PROCESSOS CRIMINAIS DO SUDESTE DA AMAZÔNIA LEGAL

Marilza Sales Costa

Pamela Eliane Ciqueira Santos


Márcio Antônio Rodrigues dos Reis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5572106126>

CAPÍTULO 7..... 64

PRISÃO DO DEPOSITÁRIO INFIEL NA ESFERA PENAL: UMA ANÁLISE DO PRECEITO PRIMÁRIO DO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA À LUZ DA SÚMULA VINCULANTE 25 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DE NORMAS INTERNACIONAIS


Ronaldo Boanova da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5572106127>

CAPÍTULO 8..... 75

O DIREITO À EDUCAÇÃO EM AMBIENTE CARCERÁRIO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL (LEI 7.214/84) E DA NOTA TÉCNICA N°14/2020/COECE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ


Francisco Davi Nascimento Oliveira
Dayane Reis Barros de Araújo Lima
Juliana Darah Campos Cansanção
Hérison Fernando Sousa
Hilziane Layza de Brito Pereira Lima
Romézio Alves Carvalho da Silva
Giulia Mattza Torres Oliveira de Assunção

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5572106128>

CAPÍTULO 9..... 88

MARCAS CRONOTÓPICAS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988: CONSIDERAÇÕES SOBRE SUAS MATRIZES ESPAÇOTEMPORAIS

Alex Sandro Teixeira da Cruz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5572106129>

CAPÍTULO 10..... 107

A INCONSTITUCIONALIDADE DO DIREITO AO ESQUECIMENTO: UMA ANÁLISE DA DECISÃO ADOTADA PELO STF NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.010.606/RJ


Francisco Davi Nascimento Oliveira
Dayane Reis Barros de Araújo Lima
Hilziane Layza de Brito Pereira Lima
Hérison Fernando Sousa
Romézio Alves Carvalho da Silva
Giulia Mattza Torres Oliveira de Assunção

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061210>

CAPÍTULO 11..... 119

ANÁLISE PRINCIPOLÓGICA DA INDEPENDÊNCIA DOS PODERES NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DE PESSOAL NA PROPOSTA DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Sergio Bruno Aguiar Ursulino
Antônio de Moura Borges







 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061211>

CAPÍTULO 12..... 135

LOCKDOWN: ASPECTOS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS


Rodrigo Dias Cardôzo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061212>

CAPÍTULO 13.....	145
CONSIDERACIONES EN TORNO AL COMBATE A LA CORRUPCIÓN EN MÉXICO DESDE EL PARADIGMA DEL GOBIERNO ABIERTO	
Miguel Angel Medina Romero	
Josué Daniel Aguilar Guillén	
Alejandro Bustos Aguilar	
Rodrigo Ochoa Figueroa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061213	
CAPÍTULO 14.....	160
LOS ESTADOS DE EXCEPCIÓN Y SU REGULACIÓN EN MÉXICO: ¿UNA RESPUESTA JURÍDICA A LAS PANDEMIAS GLOBALES (COVID-19)?	
Pablo Latorre Rodríguez	
Jorge Humberto Vargas Ramírez	
Daniel Octavio Valdez Delgadillo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061214	
CAPÍTULO 15.....	167
CYBERBULLYING E O DIREITO BRASILEIRO	
Jonas Rodrigo Gonçalves	
Lívia Rebeca Gramajo Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061215	
CAPÍTULO 16.....	173
REDES, COLETIVOS E TECNOLOGIAS DE MONITORAMENTO: NOVAS DINÂMICAS DO COLETIVO E NOVAS FORMAS DE CONTROLE NA ERA DAS REDES	
Adriana Pessôa da Cunha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061216	
CAPÍTULO 17.....	184
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS <i>ON-LINE</i> : A CULTURA DO CONSENSO ALIADA À TECNOLOGIA	
Aline Letícia Ignácio Moscheta	
Amerita de Lázara Meneguucci Geronimo	
Maria Fernanda Stocco Ottoboni	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061217	
CAPÍTULO 18.....	199
A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO JURÍDICA DO GÊNERO FEMININO INDEPENDENTE DE SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL	
Ronaldo de Almeida Barretos	
Henrique Giacomini	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061218	
CAPÍTULO 19.....	218
TRANSNACIONALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS HAITIANAS: NARRATIVAS DA SAGA DE	

MIGRANTES HAITIANAS PARA REAVER A CONVIVÊNCIA FAMILIAR COM O(A)(S) FILHO(A)(S)

Fernanda Ely Borba
Teresa Kleba Lisboa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061219>

CAPÍTULO 20..... 226

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: QUEM CALA NEM SEMPRE CONSENTE


Elaine da Silva
Letícia Thomasi Jahnke

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061220>

CAPÍTULO 21..... 244

O SUPERENDIVIDAMENTO E O DIREITO À (DES)INFORMAÇÃO - UMA ANÁLISE DO PARCELAMENTO AUTOMÁTICO DO CARTÃO DE CRÉDITO FRENTE AO CDC

Louíse de Oliveira Chaves
José Carlos Melo de Miranda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061221>

CAPÍTULO 22..... 253

O TELETRABALHO E O DIREITO À DESCONEXÃO NO BRASIL


Aymina Nathana Brandão Madeiro Scala
Letícia Roberta Medeiros Pirangy de Souza
Maria Amália Oliveira de Arruda Camara
Oton de Albuquerque Vasconcelos Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061222>

CAPÍTULO 23..... 264

DESCARTES, A HERMENÊUTICA DA CONSTITUIÇÃO-CIDADÃ E O “GÊNIO MALIGNO”: O QUE FIZERAM COM A VÍTIMA?


Rodrigo Otávio Lamêgo Vasconcelos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061223>

CAPÍTULO 24..... 272

A FILOSOFIA DO DIREITO NA CONFIGURAÇÃO DE UM NOVO CAMPO JURÍDICO: UMA PROPOSTA DE UMA PEDAGOGIA A PARTIR DO PROCEDIMENTALISMO DA CONTRATAÇÃO NATURAL

Wilberto Teherán
Adriana Patricia Arboleda López


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061224>

CAPÍTULO 25..... 298

LA IMPORTANCIA DE LA EDUCACIÓN JURÍDICA AMBIENTAL EN LA FORMACIÓN DEL LICENCIADO EN DERECHO

Sergio Gilberto Capito Mata
Luis Alberto Bautista Arciniega

Marina Gisela Hernández García

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061225>

SOBRE O ORGANIZADOR.....	307
ÍNDICE REMISSIVO.....	308

LA IMPORTANCIA DE LA EDUCACIÓN JURÍDICA AMBIENTAL EN LA FORMACIÓN DEL LICENCIADO EN DERECHO

Data de aceite: 26/11/2021

Sergio Gilberto Capito Mata

Universidad Autónoma de Baja California
Mexicali, Baja California, México

Luis Alberto Bautista Arciniega

Universidad Autónoma de Baja California
Mexicali, Baja California, México

Marina Gisela Hernández García

Universidad Autónoma de Baja California
Mexicali, Baja California, México

RESUMEN: Los modelos actuales de desarrollo que permean en las últimas décadas, provocó que, a través de los principales postulados internacionales en materia ambiental, despertara la consciencia sobre las grandes afectaciones que se tienen sobre los recursos naturales y el medio ambiente. Dentro de las formas reconocidas de procuración al cuidado del medio ambiente en México, la educación y el derecho se han tornado elementos indispensables para su regulación eficaz, con amplio margen para mejorar en sus lineamientos. Nuestra Carta Magna consagra el derecho al acceso y calidad que deberá tener la educación en nuestro país, en él se señalan los lineamientos por los cuales transitará el modelo de enseñanza en los diferentes rubros, como lo es el caso de la enseñanza ambiental. En este tenor, la conjugación de la educación a través de la enseñanza del derecho en materia ambiental, se erige como un pilar en la protección del medio ambiente en nuestro país. La enseñanza del

derecho a nivel superior, enfrenta desafíos que rezagan el conocimiento de esta trascendental materia en las escuelas de derecho. La materia de derecho Ambiental, posee características que la distinguen de otras áreas de derecho, ciertamente la hace compleja y en ella confluyen elementos que la hacen singular, aunque la sensibilización institucional en este rubro ha sido paulatina. La consciencia jurídica ambiental cada vez demanda una plataforma distinta de abordar esta materia en la cátedra universitaria, partiendo del reconocimiento como una asignatura obligatoria en los planes de estudio de las universidades, así como de otros factores. Si se parte de la anterior premisa, habrá de plantearse a través de las líneas de esta reflexión cuales son los criterios para consolidar esta materia dentro de los programas de derecho ambiental en México.

PALABRAS CLAVE: Educación, educación ambiental, derecho ambiental, universidad.

LA EDUCACIÓN AMBIENTAL EN MÉXICO

1 | INTRODUCCIÓN

A través del planteamiento internacional que se realizó sobre la concientización del hombre y la problemática ambiental del orbe en la Declaración de Estocolmo de 1972 (Arroyo: 248), se ha generado un oleaje de diversas perspectivas de propuestas y posibles soluciones para paliar los efectos degradantes al entorno natural, principalmente al presupuesto

de que toda persona tiene derecho a gozar de un medio ambiente sano. Dentro de los postulados que han recogido los países para contrarrestar el deterioro ambiental han sido los instrumentos de política, la educación y el mismo derecho, la incorporación al contexto jurídico nacional de conceptos como el desarrollo sustentable (Foladori: 12) y los principios preventivo y precautorio.

La regulación jurídica ambiental en su arista educativa, se erige como postulado constitucional en México, desprendido de su mandato se ha encontrado un espacio fértil, relativamente novedoso, el cual encuentra en la actualidad un desarrollo doctrinal y de posicionamiento social, por lo que la categorización que se ha hecho sobre la misma, ha merecido ubicarla ya como una rama autónoma del derecho, no desprendida en su totalidad como originariamente fue del derecho administrativo.

No obstante, lo anterior, es importante tener clara la procedencia de los postulados internacionales a los cuales México se apega para cumplimentar la regulación jurídica de la educación y en su vertiente ambiental. Es por ello que, en un contexto de categorización, la profesionalización del conocimiento jurídico demanda cada vez más que se generen planes de estudio tendientes a la enseñanza de la temática ambiental en el campo del derecho.

La enseñanza del derecho ambiental en las universidades del país, ha fijado diversos retos a saber, entre los principales que nos lleva a la reflexión son respecto a qué posición posee esta asignatura dentro de los mapas curriculares se encuentra las instituciones de educación superior que la contemplan. Es decir, esta asignatura puede determinarse como obligatoria u optativa. Posterior a ello, habrá que reflexionar sobre el corpus de la misma, la naturaleza y contenido, mismo que hace complejo su estudio y comprensión pues escapa de la óptica tradicional del derecho individualista y patrimonial (Lorenzetti: 2).

Un enfoque último de reflexión sería el cómo los estudiantes perciben el estudio de la asignatura de derecho ambiental, determinándola en su dimensión de trascendencia o no. Estos son algunos de los retos que se pretenden abordar en la presente reflexión, mismo que pretende ser una aportación a la concepción actual de la materia de derecho ambiental en México.

2 I LA VISIÓN INTERNACIONAL Y NACIONAL EN CONTEXTO

La génesis de la educación como un derecho humano se encuentra en el artículo 26 de la Declaración Universal de los Derechos Humanos, la cual textualmente señala:

1. “Toda persona tiene derecho a la educación. La educación debe ser gratuita, al menos en lo concerniente a la instrucción elemental y fundamental. La instrucción elemental será obligatoria. La instrucción técnica y profesional habrá de ser generalizada; el acceso a los estudios superiores será igual para todos, en función de los méritos respectivos.
2. La educación tendrá por objeto el pleno desarrollo de la personalidad humana y el fortalecimiento del respeto a los derechos humanos y a las libertades fundamentales;

favorecerá la comprensión, la tolerancia y la amistad entre todas las naciones y todos los grupos étnicos o religiosos, y promoverá el desarrollo de las actividades de las Naciones Unidas para el mantenimiento de la paz.

De esta disposición total, y en atención al derecho humano consagrado de la educación, en 1972 con la declaración de Estocolmo sobre Medio Ambiente Humano señala lo siguiente:

“PRINCIPIO 19. Es indispensable una labor de educación en cuestiones ambientales, dirigida tanto a las generaciones jóvenes como a los adultos y que preste la debida atención al sector de población menos privilegiado, para ensanchar las bases de una opinión pública bien informada, y de una conducta de los individuos, de las empresas y de las colectividades inspirada en el sentido de su responsabilidad en cuanto a la protección y mejoramiento del medio ambiente en toda su dimensión humana. Es también esencial que los medios de comunicación de masas eviten contribuir al deterioro del medio ambiente humano y difundan, por el contrario, información de carácter educativo sobre la necesidad de protegerlo y mejorarlo, a fin de que el hombre pueda desarrollarse en todos los aspectos.”

De lo anterior, es clara la visión complementaria entre el derecho a la educación de las personas, y también la formación en el área ambiental que deberán los gobiernos implementar a través de sus planes de estudios en los distintos niveles educativos, así el nivel universitario en sus distintas carreras deberá implementar la visión del campo de conocimiento en la formación ambiental de sus estudiantes.

En el caso de México, establecidos los lineamientos internacionales en nuestro orden jurídico, la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, señala en su artículo 3:

II. El criterio que orientará a esa educación se basará en los resultados del progreso científico, luchará contra la ignorancia y sus efectos, las servidumbres, los fanatismos y los prejuicios.

Además:

c) Contribuirá a la mejor convivencia humana, a fin de fortalecer el aprecio y respeto por la diversidad cultural, la dignidad de la persona, la integridad de la familia, la convicción del interés general de la sociedad, los ideales de fraternidad e igualdad de derechos de todos, evitando los privilegios de razas, de religión, de grupos, de sexos o de individuos, y

Si bien no se señala expresamente la condición ambientalista de la educación, se presupone que los factores de interés general y búsqueda del desarrollo y progreso se entrelazan con la consciencia y valores de cuidado y protección al medio ambiente impartidos en la educación de nuestro país.

La Ley General de Educación, fue publicada en el Diario Oficial de la Federación, el 13 de julio de 1993, es de observancia general en toda la república, las disposiciones que

contiene son de orden público y de interés social, su objetivo es regular la educación que imparten el Estado, entiendo por este a la Federación, entidades federativas y municipios, sus organismos descentralizados y los particulares con autorización o con reconocimiento de validez oficial de estudios. (Unión, 1993).

Dicho ordenamiento, señala que la educación es medio fundamental para adquirir, transmitir y acrecentar la cultura; es proceso permanente que contribuye al desarrollo del individuo y a la transformación de la sociedad, y es factor determinante para la adquisición de conocimientos y para formar a mujeres y a hombres, de manera que tengan sentido de solidaridad social, en ese sentido, el Estado se encuentra obligado a prestar servicios educativos de calidad con el fin de que garanticen el máximo logro de aprendizaje, es por ello, que la Ley General de Educación, en su artículo señala:

Artículo 7o.- La educación que impartan el Estado, sus organismos descentralizados y los particulares con autorización o con reconocimiento de validez oficial de estudios tendrá, además de los fines establecidos en el segundo párrafo del artículo 3o. de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos.

I...X

XI.- Inculcar los conceptos y principios fundamentales de la ciencia ambiental, el desarrollo sustentable, la prevención del cambio climático, así como de la valoración de la protección y conservación del medio ambiente como elementos esenciales para el desenvolvimiento armónico e integral del individuo y la sociedad. También se proporcionarán los elementos básicos de protección civil, mitigación y adaptación ante los efectos que representa el cambio climático y otros fenómenos naturales.

Apoyada en la reforma de junio de 2011 a nuestra carta magna, de manera significativa la Ley General de Educación, también sufrió una transformación en el sentido del tipo de educación que, en materia de ciencia ambiental, se debe de instruir; lo que lleva al conocimiento del aprendizaje de los conceptos básicos en materia ambiental, así como también las complejidades que este reto presenta.

El problema radica, en el método de enseñanza, Los educadores y profesores del sistema educativo nacional no están capacitados ni interesados para manejar el tema con los estudiantes, además este tipo de enseñanza no se está incluyendo de manera formal en los planes de estudio, y los libros de texto que deben de tener dicho contenido aún no existen; sucede que los conceptos relacionados con la ecología, así como el medio ambiente hasta hace un siglo, no contaba con la importancia e implicaciones que en la actualidad posee; la educación ambiental incluye elementos éticos, políticos, sociales y culturales; sin embargo aún carece de fortaleza en todos los niveles educativos. Desde el Estado es necesaria la incorporación con carácter obligatorio de la materia educación ambiental en favor de las generaciones futuras y una adecuada calidad de vida.

La Ley General de Educación dispone en su artículo 8 fracción II lo siguiente:

II.- Será nacional, en cuanto -sin hostilidades ni exclusivismos- atenderá a la

comprensión de nuestros problemas, al aprovechamiento de nuestros recursos, a la defensa de nuestra independencia política, al aseguramiento de nuestra independencia económica y a la continuidad y acrecentamiento de nuestra cultura;

En este orden nacional, La Ley General del Equilibrio Ecológico y la Protección del Ambiente (LGEEPA) cita que se debe contribuir a que la educación se constituya como un medio para elevar la conciencia ecológica de la población, consolidando esquemas de comunicación que fomenten la iniciativa comunitaria. También se debe promover la incorporación de contenidos ecológicos en los diversos ciclos educativos, especialmente en el nivel básico, así como la formación cultural de la niñez y la juventud. Debe motivarse a que se desarrollen planes y programas para la formación de especialistas en la materia en todo el territorio nacional y para la investigación de las causas y efectos de los fenómenos ambientales. Se debe fomentar investigaciones científicas y promoción de programas que permitan abatir la contaminación, propiciar el aprovechamiento racional de los recursos y proteger los ecosistemas.

Después de realizar el recorrido normativo internacional y nacional, es importante evidenciar la conexión indefectible entre educación y medio ambiente como necesidad de los Estados para incorporar a sus planes de estudios de los diversos campos del conocimiento y en todos sus niveles la educación ambiental para lograr un desarrollo social integral.

3 | EL RETO DE LA ENSEÑANZA DEL DERECHO AMBIENTAL

En el presente apartado se analizarán los diversos obstáculos que ha encontrado la asignatura del derecho ambiental en las universidades mexicanas para poder optimizar el aprendizaje del alumno en la materia.

El derecho ambiental, concebido como área del derecho, ha sufrido diversas variaciones en su semántica desde su incorporación como asignatura en las universidades en nuestro país. Lo que hoy mayoritariamente conocemos como derecho ambiental, tiempo atrás se le denominó preferentemente como derecho ecológico, cuestión que hoy la doctrina mexicana más destacada en autores como Raúl Brañes, Raquel Gutiérrez Nájera y María del Carmen Carmona Lara, esclarecen tal ambigüedad semántica, determinando la mayor precisión conceptual en lo ambiental.

Así, surgen al respecto algunos cuestionamientos que han de resolverse al tratar de establecer sobre la autonomía del derecho ambiental como disciplina reguladora de las relaciones entre el hombre y la naturaleza. ¿Cuál es la denominación concreta de esta disciplina?, ¿Cuenta con los elementos necesarios para considerarla ya independiente otras ramas más amplias?, ¿Qué realidad se desprende al respecto de la legislación de la materia en México?

El derecho ambiental ha recibido diferentes denominaciones a partir de las cuales

se ha hecho referencia a la misma construcción epistémica indistintamente como derecho ecológico, derecho ambiental y más recientemente derecho de la sustentabilidad.

Por lo que hace a la distinción entre derecho ecológico y derecho ambiental, existen partidarios de la primera denominación, quienes consideran que derecho ambiental es el nombre correcto de la disciplina y por último hay autores quienes consideran que se trata de denominaciones equivalentes. En la primera postura podemos encontrar a la Dra. María del Carmen Carmona Lara (P: 1646), quien al respecto señala:

“Consideramos al derecho ecológico como un conjunto de normas que no necesariamente tienen que poseer las características de normas jurídicas, en un sentido clásico del derecho positivo, ya que una gran parte de la normatividad ecológica cae en un espacio de no regulación estatal y que tiene como origen, en algunas ocasiones, la autoridad científica y tecnológica, y en otras, su validez la determina una serie de usos y costumbres que se han arraigado en la cotidianeidad de las formas de convivencia humana”.

De ahí, que la autora considera que el término más adecuado es el derecho ecológico por sobre el derecho ambiental, ya que comprende una mayor amplitud en su objeto de estudio, en tanto que este último tiene por objeto únicamente la relación del hombre con su medio y los comportamientos del hombre frente a este.

Hacia la tendencia contraria encontramos a Galeano (P: 42) , quien considera que el término que expresa de una mejor manera la actual crisis del “contrato natural” es el de ambiente que tiene una mayor flexibilidad, ya que el termino ecología por sí solo restringe el escenario de la problemática que pretende regular esta disciplina, en tanto que la ecología no contempla la participación del ser humano “como sujeto y objeto de la crisis ambiental, o las relaciones de reciprocidad o interdependencia recíproca entre seres humanos y ambiente”.

Finalmente, para Vargas Hernández (Walsh, Rodrigo: 117), el derecho ambiental, derecho del ambiente, derecho ecológico o derecho del entorno, son varias formas de nombrar a la misma disciplina que se encarga de denominar a una joven rama del derecho que rige las relaciones hombre-sociedad-naturaleza.

Se considera, independientemente del frecuente uso que se da a la denominación “derecho ambiental”, esta última es la denominación más consistente con la problemática que pretende abordar esta disciplina con su objeto de estudio, ya que si atendemos a la literalidad de su denominación, de acuerdo a la Real Academia de la Lengua Española, el concepto de medio ambiente es más inclusivo, ya que se refiere al conjunto de “Condiciones o circunstancias físicas, sociales, económicas, etcétera, de un lugar, de una reunión, de una colectividad o de una época.”, por su parte el concepto de ecosistema se restringe a la “Comunidad de los seres vivos cuyos procesos vitales se relacionan entre sí y se desarrollan en función de los factores físicos de un mismo ambiente.”, con lo que el objeto de estudio de la disciplina se desenfoca en tanto al sujeto que aspira a la comprensión de dichas relaciones, así como a la protección de esas relaciones: el hombre.

La enseñanza del Derecho Ambiental per se, reviste de una complejidad particular, la naturaleza en su integración se configura en un esquema de regulación tradicional, pero, por otra parte, posee un alto contenido inter y transdisciplinario, mismo que la hace confluir en con áreas del conocimiento del mismo derecho como el constitucional, administrativo, fiscal, penal, entre otros, así como con ciencias complementarias como la biología, geografía, física, química, y otras ramas afines. Lo anterior, sumado al tecnicismo que reviste la norma jurídica ambiental, así como la previsión de las normas oficiales mexicanas requieren una profundidad en el estudio y análisis riguroso de los temas ambientales.

La enseñanza del derecho ambiental en las aulas de las Facultades de Derecho, dentro del contenido temático ha encontrado resistencia principalmente por la determinación de su inclusión o no como materia que puede trascender en la formación académica de sus estudiantes. Lo anterior dicho, ha provocado que su previsión en las universidades es categorizada como asignatura optativa.

Por lo dicho anteriormente, es necesaria la especialización de su estudio por su complejidad, y cada vez se han instrumentado en la norma jurídica mexicana nuevas formas de actualizar los presupuestos de este derecho. De las incorporaciones al derecho mexicano en la observancia de la norma jurídica ambiental, se puede citar a partir de las reformas de 2011 a nuestra constitución y a la Ley de Amparo, el de las acciones colectivas, que darán la posibilidad de extender el interés legítimo del justiciable cuando se trate de proteger violaciones al artículo 4º constitucional (López: 106).

En otro contexto, más allá de advertir la naturaleza propia del derecho ambiental, incluso se ha discutido doctrinalmente si esta es un área de derecho autónoma o adquiere todavía un rango que desprende directamente del derecho administrativo. Esta distinción es importante, puesto que ha sido una de las percepciones para considerar a esta asignatura como optativa y entre más encuentre el fortalecimiento de sus componentes podría categorizarse en los esquemas curriculares de las universidades a ser una asignatura obligatoria.

El derecho ambiental, asumimos posee una doctrina abundante, pero si suficiente nacional e internacional, incluso se observa cada vez más creciente el número de autores de obra académica de esta materia en México. Existen principios específicos en esta materia como lo es el de los efectos globales que atiende a su problemática de degradación, el de globalidad, así como el de solidaridad y sustentabilidad (Walls: 6). Además, se tiene una norma particular que rige la interacción jurídica de órganos de la administración pública en la materia, así como de las relaciones de estos con los particulares. Existe jurisprudencia cada vez mayor de los tribunales federales, y el último elemento, pero a la vez de consolidación es el hecho que es una materia del plan de estudio de las facultades de derecho nuestro país.

Como se puede vislumbrar, el conglomerado de elementos enunciados, fortalecen la concepción de una rama del derecho autónoma, por lo que su estudio merece mayor

auge dentro de la plataforma de nuestro sistema de enseñanza. Uno de los grandes retos respecto a cómo se concibe la asignatura de derecho ambiental en nuestro país, tanto de los directivos de alto rango en el rubro de la educación como del mismo estudiante es que dicha asignatura es ciertamente irrelevante, o bien conforma parte insustancial del plan de estudios de la licenciatura en derecho, sin embargo, ha sido labor omisa por parte de las mismas autoridades educativas en enunciar la importancia que cada vez adquiere el aprendizaje de esta área del derecho.

4 | CONCLUSIONES

A raíz de las necesidades ambientales que vive México, ha tenido que apoyarse de diversos organismos e instituciones a nivel local, nacional e internacional para cumplir con el objetivo de garantizar a toda persona, el derecho humano a vivir en un medio ambiente sano; los esfuerzos han sido notorios, sin embargo, aún queda mucho por hacer, ya que no solamente se trata de cumplir con objetivos estratégicos en el Plan Nacional de Desarrollo, o en los Planes Estatales de Desarrollo o Sectoriales de cada entidad federativa, sino que exista algún instrumento que pueda medir la calidad y cantidad de los resultados obtenidos con dichas estrategias.

En nuestro país, actualmente se pueden observar logros muy importantes dentro del campo de educación ambiental, entre ellos, está la profesionalización, organización, reformas legislativas, educación formal en los distintos niveles educativos, así como las diversas autoridades que en razón de sus atribuciones se encargan de dirigirla; sin embargo, es importante que se tenga un orden y coherencia entre las mismas, sobre todo en la Ley General de Educación, en la medida que puedan preparar a los docentes para este tipo de enseñanza, ya que los conocimientos en materia ambiental son técnicos y especializados; en ese mismo sentido, lo ideal es, que se presente ante el Congreso de la Unión, el proyecto de Ley General de Educación Ambiental, de tal manera que, tanto las entidades federativas, como los municipios, implementen las mismas acciones y políticas públicas institucionales en la materia.

REFERENCIAS

Álvarez, A. (2003). Memorias del III Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental. MARN / Venezuela, Fundación Polar.

Arriaga, C. (2010). Los Retos del Derecho Ambiental en México. Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo.

Arroyo, E. (2012). El Derecho Fundamental al Medio Ambiente. México: Porrúa.

CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS (1917) Última reforma publicada DOF 24-02-2017. http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/1_240217.pdf. Fecha de consulta: 07 de junio de 2017.

Foladori, G. (2005). ¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el Desarrollo Sustentable. México: Miguel Ángel Porrúa.

Freire, P. (1995). La educación como una acción cultural. Costa Rica: EUNED.

Lascurain, C. (2006). Análisis de la Política Ambiental, Desafíos Institucionales. Plaza y Valdes.

Ley General de Educación (1993) Última reforma publicada DOF 22-03-17. https://www.sep.gob.mx/work/models/sep1/Resource/558c2c24-0b12-4676-ad90-8ab78086b184/ley_general_educacion.pdf

López, P. (2008). Derecho Ambiental. México: IURE editores.

Lorenzetti, R. (2008). Teoría del Derecho Ambiental. México: Porrúa.

Novo, M. La Educación Ambiental: Una genuina educación para el desarrollo sostenible. Revista de Educación número extraordinario 2009. http://www.revistaeducacion.mec.es/re2009/re2009_09.pdf

Organización de las Naciones Unidas (1948) Declaración Universal de los Derechos Humanos. http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/spn.pdf

Organización de las Naciones Unidas. (1972) Declaración de Estocolmo sobre el Medio Ambiente Humano. <http://www.ordenjuridico.gob.mx/TratInt/Derechos%20Humanos/INST%2005.pdf>

Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. UNESCO. (1977) Programa de Educación Ambiental. <http://unesdoc.unesco.org/images/0002/000247/024771SB.pdf>

Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. UNESCO. (1980) La Educación Ambiental, Las Grandes Orientaciones de la Conferencia de Tbilisi. <http://unesdoc.unesco.org/images/0003/000385/038550so.pdf>

Walls R. (2005). Globalización, Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible. México: Porrúa.

SOBRE O ORGANIZADOR

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Organizador de obras coletivas pela Atena Editora. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0002-5472-8879.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Corrupção 21, 22, 23, 26, 145, 146

Criminologia 47, 87, 199

Cyberbullying 167, 168, 169, 170, 171, 172

D

Depositário infiel 64, 65, 66, 67, 71, 72

Direito 1, 2, 3, 4, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 23, 25, 27, 30, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 64, 66, 68, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 97, 98, 99, 101, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 122, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 167, 168, 169, 172, 180, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 194, 197, 198, 199, 200, 204, 206, 207, 209, 214, 215, 216, 217, 226, 228, 230, 236, 237, 238, 240, 242, 244, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 269, 270, 271, 272, 273, 307

Direito ao esquecimento 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118

Direito constitucional 17, 30, 31, 86, 87, 88, 105, 106, 118, 133, 134, 137, 143, 167, 214, 217, 264, 265, 266, 270, 307

Direito penal 15, 16, 34, 37, 40, 45, 46, 47, 72, 73, 86, 199, 215, 216, 217

E

Educação 3, 14, 37, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 99, 170, 171, 183, 216, 221, 236, 246, 257, 261, 262, 307

Educação em ambiente carcerário 75, 76, 77, 82, 85

Estado de exceção 139, 160

Execução de sentença estrangeira 1, 2, 3, 4, 8, 9, 11, 12

Execução penal 6, 7, 13, 15, 16, 32, 39, 40, 41, 43, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86

Execução provisória 17, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 26

F

Feminino 53, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Filosofia do direito 272

G

Gênero 3, 52, 53, 63, 97, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 223, 224, 225, 241, 242, 243, 256

I

Independência dos poderes 119

J

Justiça restaurativa 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 63, 171, 172

L

Lockdown 135, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 256

M

Marcas cronotópicas 88, 89, 90, 97, 103, 104

Mediação penitenciária 31, 32, 33, 35, 39

México 145, 146, 147, 148, 149, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 225, 298, 299, 300, 302, 304, 305, 306

Migrantes 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225

O

Orçamento 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 130, 131, 133, 134

P

Política 3, 18, 23, 24, 32, 33, 37, 38, 47, 78, 80, 87, 90, 96, 100, 120, 126, 127, 132, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 158, 159, 161, 165, 167, 174, 175, 177, 182, 189, 225, 272, 274, 275, 278, 279, 282, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 299, 300, 301, 302, 306

S

Sociedade 15, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 44, 51, 52, 53, 57, 60, 62, 69, 70, 71, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 93, 100, 101, 102, 103, 104, 109, 110, 113, 114, 115, 130, 131, 136, 140, 142, 167, 168, 169, 171, 173, 174, 176, 179, 180, 181, 183, 185, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 200, 205, 207, 208, 210, 211, 225, 227, 228, 229, 239, 240, 244, 245, 246, 248, 250, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 266, 268, 272

Superendividamento 244, 246, 247, 250, 251, 252

T

Tecnologia 168, 173, 174, 177, 178, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 233, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262

Teletrabalho 253, 254, 256, 257, 258, 259, 261, 262

V


Violência 32, 38, 40, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 168, 170, 172, 181, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 221, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238,


239, 240, 241, 242, 243, 269


Violência obstétrica 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239,
240, 242, 243


Vulneráveis 208, 226, 235, 248

DIREITO,
POLÍTICA e
SOCIEDADE


 www.arenaeditora.com.br


 contato@arenaeditora.com.br


 @arenaeditora


 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

DIREITO,
POLÍTICA e
SOCIEDADE

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br